

Christiane Laís  
Fonseca da Costa e  
Thiago Veloso Vitral

## Os papéis da memória

Com a organização dos acervos produzidos pelas Secretarias de Estado durante o período de formação e consolidação da República em Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro pôde disponibilizar para os pesquisadores importante documentação relativa a esse período histórico.

23 2 2007

> Desde a sua criação, em 1895, o Arquivo Público Mineiro (APM) exerce a elevada missão de preservar a história e a memória do Estado de Minas Gerais. Fundada na cidade de Ouro Preto, então capital mineira,<sup>1</sup> por iniciativa do jornalista José Pedro Xavier da Veiga, a instituição vem, desde então, mantendo-se fiel ao compromisso de recolher, organizar, conservar e disponibilizar a documentação produzida e acumulada por órgãos da administração pública de Minas Gerais, bem como a de arquivos privados de interesse público, abrangendo o período que vai desde o século XVIII até o século XX.

Desse modo, a atuação do APM faz jus ao artigo 10 da Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989,<sup>2</sup> o qual em seu inciso XV, letra g, estabelece que é competência do Estado a “proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”. Mais adiante, em seu artigo 11, no inciso III, a Constituição dispõe que é de responsabilidade do Estado “proteger os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos”.

Com o intuito de continuar cumprindo sua premissa maior, em 2005 o APM idealizou o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*, cujo objetivo principal consiste em organizar e disponibilizar acervos produzidos pelas Secretarias de Estado durante o período de formação e consolidação da República em Minas Gerais, a saber: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas; Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça; Chefia de Polícia e Departamento da Administração Municipal.

Essa documentação foi recolhida pelo APM – provavelmente na década de 1970<sup>3</sup> – e não tinha mínimas condições de acesso. Dessa forma, em maio de 2005, pleiteando recursos para sua implementação, o projeto foi apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que, reconhecendo o mérito da proposta, cujo escopo é o de preservar e disponibilizar acervos tão imperativos para o estudo da Primeira República em Minas, tornou-se parceira fundamental do projeto ao longo de suas três etapas.<sup>4</sup>

#### Etapas do projeto e acervos contemplados

Na primeira etapa do projeto,<sup>5</sup> que durou de 2006 a 2007, foi organizada e disponibilizada a documentação das Secretarias da Agricultura e de Viação e Obras Públicas, totalizando aproximadamente 312 mil páginas de documentos, sendo 208 mil páginas referentes à Secretaria da Agricultura e 104 mil páginas da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – criada pela Lei nº 6, de 16 de outubro de 1891,<sup>6</sup> juntamente com a Secretaria dos Negócios das Finanças<sup>7</sup> e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça – era encarregada das questões relacionadas a agricultura, comércio, obras públicas, minas, terras, colonização, imigração, correios e telégrafos e catequese dos índios. Essa Secretaria foi extinta em 1901,<sup>8</sup> quando suas atribuições foram redistribuídas entre a Secretaria do Interior e a Secretaria de Finanças, e restabelecida em 1910<sup>9</sup> com outra denominação, sendo então designada Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas.<sup>10</sup> Em 1935,<sup>11</sup> a Secretaria foi desdobrada em duas: Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, que assumiu as funções concernentes às obras públicas.

O acervo da Secretaria da Agricultura, consoante suas funções e competências, é composto por documentos textuais, fotografias, desenhos, mapas e plantas referentes à construção e manutenção de estradas, rodovias, ferrovias, prédios públicos, esgotos, represas, pontes, projetos e pareceres de comissões relativos às obras públicas; institutos de aprendizagem agrícola e zootécnico; estatísticas agrícolas; exposições internacionais; serviços meteorológicos; terras, núcleos coloniais e imigração; indústria e comércio; créditos e despesas com serviços públicos, pessoal e material; portarias de nomeação e exoneração de funcionários. Além das funções relacionadas acima, destacamos os documentos referentes à escolha e construção da Nova Capital. Logo, o seu arranjo foi definido no Quadro 1. É preciso ressaltar que a documentação do fundo abrange o período de 1891 a 1955, apesar de a referida Secretaria permanecer em atividade até os dias atuais.<sup>12</sup>

A Secretaria de Viação e Obras Públicas, cujo acervo também foi disponibilizado pelo projeto *Memória* em sua primeira etapa, era responsável pelo serviço relacionado às viações férrea, aérea, fluvial e de rodagem; pela construção e conservação de edifícios públicos, pontes, linhas telegráficas e telefônicas; pela criação da carta geográfica; e pelo saneamento e assistência técnicas aos municípios. Em seu acervo, encontramos plantas, fotografias e mapas de construção e manutenção de estradas, bem como relatórios de obras públicas realizadas no Estado. O acervo da Secretaria de Viação e Obras Públicas,<sup>13</sup> organizado pelo projeto, corresponde ao período de 1935 a 1954. Ressaltamos que no fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas há um arranjo específico para a documentação encadernada e outro para a não encadernada, como está disposta no Quadro 2.

Por meio da documentação da Secretaria de Viação e Obras Públicas, assim como a da Secretaria da

Agricultura, é possível perceber o desenvolvimento do processo de urbanização do Estado imposto pelo ideário republicano.

Na segunda etapa do projeto, procedeu-se à organização e disponibilização do acervo da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Sendo assim, entre 2007 e 2010 foram organizadas e disponibilizadas à consulta pública cerca de 880 mil páginas de documentos referentes à Secretaria. Essa foi criada pela mesma lei que instituiu, em outubro de 1891, as Secretarias de Finanças e de Agricultura. O Decreto n. 587, de 26 de agosto de 1892,<sup>14</sup> que a regulamentou, no seu artigo 5º, estabeleceu que “pertencem à Secretaria do Interior os negócios concernentes à justiça, segurança pública, à estatística, à higiene, à Instrução Pública do Estado e mais aqueles que não estiverem especialmente affectos às outras secretarias”.<sup>15</sup>

Logo, a Secretaria do Interior era responsável pelos serviços ligados à força pública, Justiça e magistratura, polícia, instrução pública, saúde e assistência pública, eleições, estatística do Estado, além de intermediar as relações de Minas Gerais com o governo federal e com outros Estados, responder por assuntos internos dos municípios e ainda cuidar do Departamento Social do Menor e do Arquivo Público Mineiro, anexado a ela em 1901.<sup>16</sup>

Pela multiplicidade de funções atinentes à Secretaria do Interior, o seu acervo oferece a possibilidade de realização de inúmeras pesquisas.<sup>17</sup> A propósito, sem desejar delimitar temas e objetos, podemos destacar algumas temáticas que encontrarão suporte na documentação existente.

No que se refere à educação, os documentos referentes à Instrução Pública poderão subsidiar incontáveis pesquisas sobre as práticas educacionais do período

republicano. Nesse sentido, sobressaem as provas, os cronogramas de disciplinas e os estatutos escolares das Escolas Normais e Grupos Escolares do Estado, bem como pedidos de matrícula, remoções, exonerações e solicitações de pagamento de funcionários e professores dessas instituições, entre outros.

Documentos gerados pelos processos eleitorais retratam o conflituoso cenário político da denominada República Velha. Entre esses ressaltamos as propagandas de campanha eleitoral, atas de eleições, fichas de qualificação eleitoral e expedição de títulos de eleitores. Ainda alusivos à questão política, encontramos os documentos relacionados a partidos e movimentos políticos, entre eles, o Partido Republicano Mineiro, o Partido Progressista, o Partido Liberal, o Partido Social Nacionalista, a Ação Integralista Brasileira, a Aliança Nacional Libertadora e a Legião de Outubro.

As Revoluções de 1930 e 1932 também estão documentadas no acervo, uma vez que a Secretaria do Interior era responsável pela Força Pública, que combateu de acordo com os interesses políticos do governo de Minas e saiu vitoriosa nas duas revoluções.<sup>18</sup> A Secretaria era encarregada do abastecimento das tropas, bem como dos pagamentos dos combatentes (militares e voluntários) e das indenizações às famílias das vítimas e aos prejudicados por essas conflagrações. Ademais, a documentação referente a ambas as revoluções conta com telegramas cifrados trocados entre comandantes e políticos, notícias sobre a movimentação das tropas e boletins sobre o andamento dos combates.

Outra importante atribuição da Secretaria do Interior que merece destaque é a atenção à saúde e à assistência pública. O cuidado com as epidemias é visível nos documentos oriundos do Instituto Vacínico, uma vez que a vacinação era prática constante nos

municípios, inclusive em áreas rurais. Além disso, percebe-se a especial atenção dedicada às delegacias de higiene, aos pedidos de abertura de farmácia, ao controle do exercício médico e farmacêutico, às casas de lazarentos e aos hospitais de caridade. Pode-se observar também, registrada na documentação, a preocupação com a questão da insanidade mental. Sobre essa temática destacamos documentos referentes às casas de assistência a alienados, pedidos de internação de pacientes caracterizados como “loucos” e receitas médicas destinadas a eles.

Assuntos relacionados à Justiça e à segurança pública podem ser pesquisados através dos processos criminais, custas-crime, guias de internação no manicômio judiciário, pedidos de perdão de pena de presos pobres, termos de visita às cadeias, entre outros.

Do mesmo modo, o acervo propicia pesquisas sobre desenvolvimento populacional por meio dos quadros de estatística civil, que determinam nascimentos, casamentos e óbitos nos municípios. A assistência ao menor está registrada nos documentos produzidos pelo Departamento Social do Menor, que cuidava dos abrigos, orfanatos, escolas de preservação e demais institutos voltados ao menor no Estado. O arranjo do fundo da Secretaria do Interior reflete bem as suas múltiplas funções, como mostra o Quadro 3.

Na terceira etapa do projeto,<sup>19</sup> iniciada em 2010 e finalizada em fevereiro de 2013, foram organizadas aproximadamente 600 mil páginas de documentos provenientes da Chefia de Polícia. Esse órgão, diferentemente dos demais, cujos acervos foram tratados pelo projeto, não foi criado após a proclamação da República. O cargo de chefe de polícia foi instituído pelo imperador do Brasil, D. Pedro II, por meio da Lei imperial nº 261,<sup>20</sup> de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código do Processo Criminal até então em vigor. A lei determinou que:

Bolsistas trabalham na organização do acervo da Secretaria do Interior, no âmbito do projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945). Arquivo Público Mineiro.



Art. 1º Haverá no Município da Côrte, e em cada Província um Chefe de Policia, com os Delegados e Subdelegados necesarios, os quaes, sobre proposta, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos Presidentes. Todas as Autoridades Policiaes são subordinadas ao Chefe da Policia.

Art. 2º Os Chefes de Policia serão escolhidos d'entre os Desembargadores, e Juizes de Direito: os Delegados e Subdelegados d'entre quaesquer Juizes e Cidadãos: serão todos amovíveis, e obrigados a aceitar.<sup>21</sup>

A administração policial ficava a cargo do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, e dos presidentes das províncias, aos quais os chefes de polícia prestavam as informações pertinentes. Os chefes de polícia e delegados eram responsáveis pela defesa dos bons costumes e pela manutenção da segurança e da ordem. Aos chefes de polícia competia também realizar a estatística criminal da Província e a da Corte, com auxílio dos delegados, juizes de paz e párocos.

Com a regulamentação da Secretaria do Interior, em 1892, a Chefia de Polícia passou à sua jurisdição, permanecendo assim até 1956.<sup>22</sup> Nesse ano, esse órgão passou a ser denominado Secretaria de Segurança Pública, e o cargo de chefe de polícia foi substituído pelo de secretário de Segurança Pública.

Apesar de a Chefia de Polícia ter sido subordinada à Secretaria do Interior, seu acervo foi organizado como um fundo específico, pois, além de tratar-se de um órgão com um alto grau de autonomia, tem uma história contínua e pregressa à criação da referida Secretaria.

O acervo da Chefia de Polícia, organizado pelo projeto, compreende o período que se estende de 1842 a 1956.<sup>23</sup> Tal documentação propicia a realização de pesquisas relacionadas, principalmente, à criminalidade

e às medidas do Estado para contê-la. Apesar da predominância dessa temática, outras importantes pesquisas podem ser pensadas e efetivadas mediante consulta ao acervo da Chefia de Polícia, tais como repressão aos movimentos políticos, assistência aos alienados que vagavam pelas cidades; controle da vadiagem; fiscalização de jogos; regulação do trânsito em Belo Horizonte; Pronto Socorro Policial; construção e manutenção de cadeias e quartéis; funcionamento de casas de espetáculos (teatros, cinemas, circos), clubes, sociedades esportivas, sociedades carnavalescas e grêmios literários –, cujos estatutos e licenças, obrigatoriamente, tinham de ser aprovados pelo chefe de polícia. Sendo assim, o arranjo do fundo Chefia de Polícia ficou estabelecido como mostra o Quadro 4.

#### Fases do trabalho

No que se refere à organização dos acervos contemplados pelo projeto, o procedimento empregado no tratamento técnico da massa documental foi fundamentado na *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (Isad/g)*<sup>24</sup> e na *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrad)*.<sup>25</sup>

Em todas as etapas do projeto, foi seguida a mesma metodologia de trabalho. A primeira fase consistiu em um estudo prévio da legislação que regia as Secretarias de Estado, buscando compreender as funções legais e administrativas próprias de cada uma. Esse estudo foi importante, principalmente para entender o funcionamento das Secretarias e para embasar o processo inicial de definição da estrutura esquemática de arranjo de cada fundo.

A segunda fase consistiu no desenvolvimento de um conjunto de atividades descritas por Heloisa Liberalli Bellotto<sup>26</sup> como “prospecção arqueológica”. De acordo com essa autora, tais atividades implicam realizar a

identificação dos documentos produzidos e acumulados que se apresentam como objeto de arranjo. A realização desse procedimento objetiva reconhecer os elementos que possibilitam testar a estrutura esquemática de arranjo – inicialmente concebida com base exclusiva no elenco de leis e decretos que regulamentou a existência dos fundos em estudo – com os documentos produzidos e acumulados por esses órgãos. Ou seja, tratou-se de verificar em que medida o projeto concebido na instância legislativa foi de fato praticado no âmbito do cotidiano da esfera do Executivo. E a análise desse movimento é realizada pelo estudo dos documentos.

É necessário registrar que outro aspecto foi considerado: o fato de que parte expressiva de séries desses fundos já havia recebido tratamento arquivístico e já é acessada na sala de referência do Arquivo Público Mineiro, ou por meio de instrumento digital de pesquisa.<sup>27</sup> Esse registro é importante porque justifica a adoção de séries que foram definidas no contexto de equipes que antecederam a esta e que se guiaram pela perspectiva do uso historiográfico da que os documentos oferecem.

Em seguida, foi executada a higienização e desinfecção da documentação. Depositada há algumas décadas no APM, estava sujeita à ação de agentes de degradação e, conseqüentemente, corria sério risco de comprometimento do suporte documental. Essa atividade teve por objetivo retardar o processo de deterioração da documentação e possibilitar o manuseio dos documentos, favorecendo as atividades posteriores do projeto, bem como a consulta pública após o término da organização. Após a higienização, foram realizadas a identificação e a descrição dos documentos, inserindo-os em suas respectivas séries e subséries.

As fases seguintes consistiram no acondicionamento da documentação e na elaboração do instrumento de

pesquisa. O acondicionamento implica a “embalagem ou guarda de documentos visando à sua preservação e acesso”.<sup>28</sup> A documentação foi acondicionada em material apropriado (*folders* de papel alcalino e caixas de polipropileno para os documentos em suporte de papel, e jaquetas de poliéster para as fotografias) e armazenada em depósitos com sistema de climatização específico, de acordo com os diferentes tipos de suporte documental. Tais procedimentos fizeram-se necessários na medida em que prolongam a vida dos documentos e amenizam os efeitos de degradação externos, como poeiras, fungos, insetos, variação da temperatura e umidade relativa do ar.

A última fase de trabalho consistiu na elaboração do instrumento de pesquisa. Os instrumentos de pesquisa, de acordo com André Porto Lopez em publicação especializada do Arquivo do Estado de São Paulo, “são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”.<sup>29</sup> Em outras palavras, o instrumento de pesquisa orienta o usuário na sua pesquisa dentro do arquivo. Vale ressaltar que existem diferentes tipos de instrumento de pesquisa: guia, inventário, repertório, índice, tabela de equivalência e catálogo. No projeto em questão, optou-se por elaborar inventários que apresentam o histórico do fundo, conteúdo, data-limite, dimensão, sistema de arranjo, legislação e notas.<sup>30</sup>

Para o desenvolvimento do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais*, foi fundamental o empenho e o envolvimento de sua equipe, bem como do corpo de funcionários do APM. Parte das tarefas foi executada por bolsistas de apoio técnico e de iniciação científica, sob a orientação da Diretoria de Arquivos Permanentes. Considerando que as atividades configuram etapas que demandam técnicas e conhecimentos específicos, esses bolsistas foram selecionados entre graduados e graduandos dos

cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, História e Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, do Centro Universitário de Belo Horizonte e do Centro Universitário Newton Paiva.

O caráter prático do estágio foi, sem dúvida, o maior benefício auferido pelos estudantes estagiários e bolsistas. O tratamento técnico de preservação dos documentos, orientado pela Diretoria de Conservação de Documentos, e exercido pelos alunos do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, foi especialmente importante para a capacitação desses futuros conservadores e restauradores. Da mesma forma, a possibilidade de contato com as fontes, matéria-prima da História, mostrou-se fator fundamental para a formação desses novos historiadores. Já os estudantes de Arquivologia tiveram a oportunidade de vivenciar o trabalho de organização de fundos históricos e ainda adquirir conhecimentos relativos à aplicação das normas arquivísticas.

A formação de uma equipe interdisciplinar é fundamental no processo de organização de um fundo, uma vez que a aplicação de normas arquivísticas se dá *pari passu* à análise do contexto histórico de produção dos documentos. A produção de trabalhos acadêmicos daí resultante é uma demonstração do envolvimento dos estudantes, que se concretizou em apresentações em colóquios, aulas temáticas, simpósios e seminários, assim como publicações em periódicos especializados.<sup>31</sup>

### Considerações finais

A disponibilização de todos esses acervos à consulta pública representa um imenso ganho para o estudo da Primeira República em Minas Gerais. A documentação amplia as possibilidades de pesquisa sobre a história

administrativa de Minas e permite compreender melhor a relação entre a burocracia existente na administração do Estado, a execução de políticas públicas e as demandas do povo mineiro. Esses documentos tornam-se fontes para inúmeros trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Desse modo, o projeto adquire um caráter multiplicador de projetos.

Espera-se que, com a divulgação da trajetória de sucesso do projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*, outros arquivos espalhados pelo país também se empenhem em cumprir seu papel de preservar e divulgar os acervos arquivísticos, pois somente dessa forma poderemos conhecer e escrever mais páginas da nossa história.

**RESUMO** | O artigo apresenta o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e disponibilização do acervo documental (1889-1945)*, desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Esse projeto trata da organização e disponibilização da documentação produzida e acumulada por órgãos públicos do Estado de Minas Gerais no início do período republicano: Secretaria de Agricultura, Secretaria de Viação e Obras Públicas, Secretaria do Interior e Chefia de Polícia. No decorrer do artigo, abordamos, de maneira geral, os acervos documentais de cada fundo abarcado pelo projeto, oferecemos o arranjo arquivístico dos respectivos fundos e alertamos para as possibilidades de pesquisa que a documentação proporciona. Além disso, expusemos a metodologia de trabalho, a fim de demonstrar as atividades de um projeto de organização arquivística. Enfim, o grande objetivo do artigo é inspirar a elaboração de outros projetos de resgate de acervos históricos.

**ABSTRACT** | The article presents the project *History of the Administration of Minas Gerais: organization, preservation, and availability of documentary records (1889-1945)*, organized by the Minas Gerais Public Archives, in partnership with the Foundation for Support of Research of the State of Minas Gerais (Fapemig). This project treats the organization and availability of documents that were produced and accumulated by public agencies of the State of Minas Gerais (the Department of Agriculture, the Department of Transportation and Public Works, the Department of the Interior, and the Chief of Police) at the beginning of the Republican Period. In the article we treat in a general manner the documentary records of each archive covered by the project, and the organization of the respective archives. We also call attention to the research possibilities that the documentation offers. In addition, we present our working methodology in order to illustrate the activities of an archival organization project. In summary, the over-all objective of the article is to encourage the development of others projects that can make use of historical archives.

### Notas

1. O Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei Mineira n. 126, de 11 de julho de 1895, e permaneceu em Ouro Preto até 1901, quando foi transferido para Belo Horizonte. Na nova capital de Minas, ocupou vários prédios provisórios, até que em 1938 foi definitivamente instalado na sede atual, na Avenida João Pinheiro, 372.

2. MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais* (1989). 15. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013.

3. Não se tem a data exata do recolhimento da documentação que foi organizada pelo projeto, pois o APM ainda não contava com a Diretoria de Gestão de Documentos, que é a responsável pelos procedimentos de avaliação, seleção, eliminação e recolhimento dos documentos. A Diretoria de Gestão de Documentos foi criada em 26 de dezembro de 1994, em razão da Lei n. 11.714.

4. Após o término da organização do acervo da Chefia de Polícia, o Arquivo Público Mineiro propôs à Fapemig a quarta etapa do projeto. Essa etapa, se aprovada, organizará a documentação do Departamento de Administração Municipal. Tal departamento foi criado em 1934, no período de governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de controlar a administração e as finanças dos municípios mineiros. O órgão foi extinto em 1947.

5. As duas primeiras etapas do projeto foram coordenadas pelo professor Renato Pinto Venâncio.

6. Quando a República foi implantada no Brasil, os políticos mineiros buscaram legitimar esse novo sistema político com leis que reafirmassem os ideais republicanos. Por sua vez, era preciso uma estrutura administrativa que desse apoio ao novo regime. Nesse sentido, o Estado sancionou a Lei n. 6, de 16 de outubro de 1891, que criou três Secretarias: a de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a de Finanças e a do Interior, as quais definiram a estrutura administrativa da Primeira República em Minas Gerais.

7. A Secretaria dos Negócios das Finanças era responsável pela arrecadação, fiscalização, contabilidade e receita e despesa do Estado. Em fevereiro de 1963, a Secretaria de Finanças passou a ser denominada Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. É importante ressaltar que o projeto não contemplou essa secretaria porque havia muito poucos documentos provenientes dela, e estes já haviam sido organizados anteriormente.

8. MINAS GERAIS. Lei n. 318, de 16 de setembro de 1901. Reorganiza diversos ramos do serviço público do Estado. Minas Gerais, Belo Horizonte, 17 de setembro.

9. MINAS GERAIS. Lei n. 516, de 31 de agosto de 1910. Restabelece a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, autoriza a supressão de cargos desnecessários nas demais secretarias e contém outras disposições. Minas Gerais, Belo Horizonte, 1º de setembro.

10. Apesar de a Secretaria de Agricultura ter sido desativada entre 1901 e 1910, os documentos referentes a esse período permaneceram integridades ao fundo, em respeito ao princípio da proveniência.

11. MINAS GERAIS. Decreto n. 2, de 5 de abril de 1935. Desdobra a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas e contém outras disposições. Minas Gerais, Belo Horizonte, 8 de abril.

12. Sua denominação atual é Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

13. A Secretaria de Viação e Obras Públicas continuou em atividade. Atualmente sua denominação é Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop).

14. MINAS GERAIS. Decreto n. 587, de 26 de agosto de 1892. Promulga o Regulamento da Secretaria do Interior. Minas Gerais, Ouro Preto, 1892.

15. MINAS GERAIS. Decreto n. 587, de 26 de agosto de 1892. Promulga o Regulamento da Secretaria do Interior. Minas Gerais, Ouro Preto, 1892.

16. MINAS GERAIS. Decreto n. 1.479, de 21 de outubro de 1901. Põe em execução a Lei n. 318, de 16 de setembro do corrente ano, na parte referente à Secretaria do Interior. Minas Gerais, Belo Horizonte, 22 de outubro.

17. Em relação ao acervo da Secretaria do Interior, é necessário observar o grande número de consultas realizadas nas dependências do Arquivo Público Mineiro. De acordo com a estatística da sala de referência do APM, tal acervo é o número 1 em consultas referentes ao período da Primeira República em Minas Gerais.

18. Para saber mais sobre a participação da Força Pública mineira nas revoluções, ver VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 1995.

19. A terceira etapa do projeto foi coordenada pela professora Maria Efigênia Lage de Resende.

20. IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1841, p. 101, v. pt I (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-261-3-dezembro-1841-561116-publicacaooriginal-84515-pl.html>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

21. IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1841, p. 101, v. pt I (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-261-3-dezembro-1841-561116-publicacaooriginal-84515-pl.html>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

22. Com exceção do período situado entre 4 de setembro de 1926 a 6 de setembro de 1930, em que a Chefia de Polícia foi subordinada à Secretaria de Segurança e Assistência Pública. Nessa ocasião, o cargo de chefe de polícia passou a ser exercido pelo secretário de Segurança e Assistência Pública.

23. É preciso esclarecer que a documentação referente ao período imperial já se encontrava organizada. Coube à equipe do projeto inserir os poucos documentos novos encontrados desse período e organizar toda a documentação do período republicano. Como já dito, no acervo da Chefia de Polícia excetuam-se os anos de 1926 a 1930.

24. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Isad(g)*: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

25. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística. *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

26. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

27. Sistema Integrado de Acesso do APM – [www.siaapm.cultura.mg.gov.br/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/).

28. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arranjo, p. 20.

29. LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo*: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, p. 10.

30. Os inventários podem ser consultados na sala de referência do Arquivo Público Mineiro e pela internet, no Sistema Integrado de Acesso do APM – [www.siaapm.cultura.mg.gov.br/](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/).

31. DIAS, Bruno dos Santos; DUARTE, Renata Garcia Campos; FONSECA, Daniela Flávia Martins. O Desenho em foco: a arte aplicada na transição do século XIX para o XX. In: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A ARTE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX, 1., 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

DIAS, Bruno dos Santos; DUARTE, Renata Garcia Campos; FONSECA, Daniela Flávia Martins. 19&20 – A revista eletrônica de Dezenove Vinte, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/>. Acesso em: 6 jun. 2013.

DUARTE, Renata Garcia Campos; VITRAL, Thiago Veloso. Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e disponibilização do acervo documental (1889-1945). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-MG, 16., 2008, Belo Horizonte. *Anais do XVI Encontro Regional de História*. Belo Horizonte: XVI Encontro Regional de História – ANPUH-MG, 2008.

SANTOS, Rafael Pereira. Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e disponibilização do acervo documental (1889-1945). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC MINAS, 16., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

**Christiane Laís Fonseca da Costa** é graduada em História pela PUC/Minas. Atualmente cursa especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi bolsista de iniciação científica e de apoio técnico no Projeto *Memória*. <christiane\_historia@hotmail.com>

**Thiago Veloso Vitral** é graduado em História pela PUC Minas e mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG. Foi bolsista de iniciação científica e de apoio técnico no Projeto *Memória*. <thiveloso@hotmail.com>

#### QUADRO 1

**SÉRIE 1: EXPEDIENTE**  
**SÉRIE 2: CONTABILIDADE**  
**SÉRIE 3: AGRICULTURA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MINERAÇÃO**

Subsérie 1: Institutos de aprendizagem agrícola

Subsérie 2: Agricultura

Subsérie 3: Legislação e correspondência referente a agricultura, indústria, comércio e mineração

Subsérie 4: Estatística

Subsérie 5: Indústria, Comércio, Mineração e Meteorologia

#### SÉRIE 4: OBRAS PÚBLICAS

Subsérie 1: Comissão de melhoramentos municipais

Subsérie 2: Comissões de obras e Comissão

Construtora da Nova Capital

Subsérie 3: Correspondência expedida a

engenheiros; edificações públicas

Subsérie 4: Construção de pontes

Subsérie 5: Inspetoria de Estradas de Rodagem

Subsérie 6: Obras públicas diversas

**SÉRIE 5: VIAÇÃO, ESTRADAS DE FERRO,**

**NAVEGAÇÃO E LINHAS TELEGRÁFICAS**

**SÉRIE 6: IMIGRAÇÃO, TERRAS E COLONIZAÇÃO**

#### QUADRO 2

**DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA**

**SÉRIE 1: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**

**SÉRIE 2: CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA**

**SÉRIE 3: DOCUMENTAÇÃO INTERNA**

**DOCUMENTAÇÃO NÃO ENCADERNADA**

**SÉRIE 1: ADMINISTRAÇÃO**

**SÉRIE 2: ESTRADAS DE RODAGEM E PONTES**

**SÉRIE 3: EDIFICAÇÕES PÚBLICAS**

#### QUADRO 3

**SÉRIE 1: FORÇA PÚBLICA**

**SÉRIE 2: ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E MAGISTRATURA**

Subsérie 1: Custas-crime

Subsérie 2: Estatística judiciária

Subsérie 3: Correspondências, nomeações

e movimentação de funcionários da Justiça

Subsérie 4: Manicômio Judiciário - Laudos periciais

**SÉRIE 3: POLÍCIA**

**SÉRIE 4: INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Subsérie 1: Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades

Subsérie 2: Escolas Normais

Subsérie 3: Manutenção de prédios escolares, material didático e mobiliário

**SÉRIE 5: PRESOS POBRES**

**SÉRIE 6: REVOLUÇÃO DE 1930 E MOVIMENTOS E CORRENTES POLÍTICAS**

Subsérie 1: Comando Geral das Forças

Revolucionárias – Relatórios Militares

Subsérie 2: Comissão Julgadora de Requisições

Subsérie 3: Correspondência: nomeação

e exoneração de autoridades e funcionários; ordem e desordem nos municípios

Subsérie 4: Movimentos e correntes políticas

**SÉRIE 7: REVOLUÇÃO DE 1932**

Subsérie 1: Pagamentos de militares, voluntários e movimentação de pessoal

Subsérie 2: Indenizações

Subsérie 3: Receita e despesas

Subsérie 4: Formação e movimentação de tropas; ordem e desordem nos municípios

**SÉRIE 8: LIMITES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Subsérie 1: São Paulo

Subsérie 2: Rio de Janeiro

Subsérie 3: Espírito Santo

Subsérie 4: Goiás

Subsérie 5: Bahia

Subsérie 6: Diversos Estados

**SÉRIE 9: ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**SÉRIE 10: SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA**

**SÉRIE 11: RELAÇÃO DO ESTADO COM O GOVERNO FEDERAL**

**SÉRIE 12: LEGISLAÇÃO ESTADUAL – AUTÓGRAFOS DE LEIS E DECRETOS**

**SÉRIE 13: ELEIÇÕES**

**SÉRIE 14: RECEITA E DESPESAS**

**SÉRIE 15: PESSOAL**

**SÉRIE 16: DIVERSAS SÉRIES**

Subsérie 1: Administração da Justiça e Magistratura, Força Pública, polícia, presos pobres e outros

Subsérie 2: Legislação estadual, arquivo geral da

Secretaria, assuntos municipais, saúde e assistência pública, eleições, relação do Estado com Governo Federal e outros

Subsérie 3: Pessoal, receita e despesa e outros

Subsérie 4: Estatística geral do Estado, Força Pública, polícia e outros

**SÉRIE 17: ESTATÍSTICA GERAL DO ESTADO**

**SÉRIE 18: DEPARTAMENTO SOCIAL DO MENOR**

**SÉRIE 19: EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO**

#### QUADRO 4

**SÉRIE 1: CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**

Subsérie 1: PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA

Subsérie 2: CORPO POLICIAL

Subsérie 3: DELEGACIA DE POLÍCIA

Subsérie 4: MAGISTRATURA

Subsérie 5: DIVERSOS: Tesouraria da Fazenda Provincial, Administração dos Correios,

Diretoria Geral de Obras Públicas, entre outros

**SÉRIE 2: CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA**

**SÉRIE 3: GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO**

**E ESTATÍSTICA CRIMINAL**

**SÉRIE 4: MATRÍCULA DE AUTORIDADES, FUNCIONÁRIOS, POLICIAIS E RÉUS**

**SÉRIE 5: PESSOAL**

**SÉRIE 6: FINANÇAS**

**SÉRIE 7: CONTRATOS**

**SÉRIE 8: OCORRÊNCIAS POLICIAIS**

**SÉRIE 9: OPERAÇÕES POLICIAIS**

**SÉRIE 10: DIVERSAS SÉRIES**

**SÉRIE 11: EXPEDIENTE**

**SÉRIE 12: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CADEIAS E QUARTÉIS**

**SÉRIE 13: ASSISTÊNCIA A ALIENADOS**

**SÉRIE 14: GUARDA CIVIL DA CAPITAL**

**E INSPETORIA DE VEÍCULOS**

**SÉRIE 15: SERVIÇO MÉDICO LEGAL**

**E PRONTO-SOCORRO POLICIAL**